

A “BIOLOGIZAÇÃO” NO PROCESSO DE CONSOLIDAÇÃO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS: REFLEXÕES SOBRE A ECOLOGIA HUMANA DA ESCOLA DE CHICAGO

"BIOLOGIZATION" IN THE PROCESS OF CONSOLIDATION OF SOCIAL SCIENCES: REFLECTIONS ON HUMAN ECOLOGY AT THE CHICAGO SCHOOL

Emmanuel Brasil¹

Delia Dutra²

Resumo

As ciências sociais e humanas, juntamente com as disciplinas que as compõem, percorrem um longo caminho na busca pelo reconhecimento do “fazer científico”. A história nos mostra o escorregadio caminho a qual cientistas sociais enveredaram-se para delimitar o que seria o campo de estudo das ciências sociais e das ciências humanas. Enquanto as ciências da natureza e exatas tem seus postulados facilmente, as ciências sociais são constantemente desafiadas a se provarem enquanto ciências sob paradigmas alheios. Ao longo da jornada, ramificações, tendências e teorias surgem na busca pela compreensão do comportamento humano. Nesta lista de desdobramentos da teoria social, surge os Estudos de Ecologia Humana, que configura-se como mais um esforço de cientistas sociais para interpretar a conduta do ser-humano. A partir de uma revisão sistemática da literatura, o presente artigo busca refletir sobre as tentativas de aproximação das ciências sociais à biologia como resposta as constantes cobranças pelo ideal proposto de cientificidade, compreendendo o local dos Estudos de Ecologia Humana da Escola de Sociologia de Chicago na institucionalização do debate.

Palavras-chaves: Ciências Sociais; Sociologia; História da Sociologia; Ecologia Humana; Escola de Chicago.

Abstract:

The social and human sciences, together with the disciplines that compose them, have come a long way in the quest for recognition of “scientific doing”. History shows us the slippery path that social scientists took to delimit what would be the field of study of social sciences and human sciences. While the natural and exact sciences have their postulates easily, the social sciences are constantly challenged to prove themselves as sciences under alien paradigms. Along the journey, ramifications, trends and theories emerge in the quest for understanding human behavior. In this list of developments of social theory, Human Ecology Studies appear, which is configured as yet another effort by social scientists to interpret the conduct of human beings. Based on a systematic review of the literature, this article seeks to reflect on the attempts to bring the social sciences closer to biology in response to the

¹ Pesquisador e Analista Acadêmico no Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa -IDP. Mestre em Ciências Sociais e Doutorando em Ciências Sociais no Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas - Universidade de Brasília.

² Doutora em Sociologia pela Universidade de Brasília. Professora Adjunta da UDELAR Universidad de la República, CENUR L.N., (Uruguay). Investigadora Nível I do Sistema Nacional de Investigadores del Uruguay, Agencia Nacional de Investigación e Innovación. Pesquisadora Colaboradora Plena Departamento de Estudos Latino-americanos, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Brasília.

constant demands for the proposed ideal of scientificity, understanding the place of Human Ecology Studies at the Chicago School of Sociology in institutionalization of the debate.

Keywords: Social Sciences; Sociology; History of Sociology; Human Ecology ; Chicago School.

1. INTRODUÇÃO

A tomada de reflexão do ser-humano a respeito de si mesmo vai marcar o início de uma virada epistêmica, que desponta no surgimento e no fortalecimento das ciências sociais e humanas. Caminhando na contramão de disciplinas previamente estabelecidas e socialmente aceitas, as ciências humanas e sociais se veem obrigadas, constantemente, a provar seu caráter científico, o que não acontece nas ciências físicas e biológicas.

Na frequente necessidade de se reinventar e se firmar como ciências, cientistas do homem e da sociedade buscam evidenciar métodos singulares e específicos de pesquisa. Perspectivas divergentes e distintas passam a ser criadas e incorporadas no que se defenderia como um padrão de ciências sociais.

A Ecologia Humana surge em meio aos estudos de comportamento humano. Implementada nos Estados Unidos, visa analisar a relação de interdependência entre o ser-humano e o meio em que vive. A naturalização de processos sociais, que dentro de arcabouços teóricos recentes necessitariam análises mais contundentes e menos simplórias, marca um período de forte contestamento, onde ecólogos humanos, assim como cientistas sociais, veem-se na necessidade de reinventar a disciplina, trazendo-a ao centro da discussão que permeia diversos campos do saber.

O presente artigo propõe a reflexão sobre as tentativas de aproximar as Ciências Sociais das Ciências Biológicas, como resposta aos desafios enfrentados ao longo da história para a delimitação de uma ciência social e humana que atendesse aos critérios impostos de cientificidade. Para tanto, buscou-se compreender sobre a criação do campo de estudos da Ecologia Humana dentro da Escola de Sociologia de Chicago e seus principais conceitos.

2. HOMEM, OBJETO DE SI MESMO: A DELIMITAÇÃO DE UM CAMPO CIENTÍFICO

A necessidade de provar seu caráter científico sempre permeou as pesquisas realizadas no âmbito das ciências sociais e humanas, e caminha na contramão das tendências encontradas nas ciências naturais e exatas, que exercem pleno domínio no campo das disciplinas científicas. De acordo com Lévi-Strauss (1993), graças ao atributo longo desta

duas últimas, aliado às inúmeras provas fornecidas de seu valor, acabaram por as fixarem em um rol de não questionamento de suas científicidades.

As ciências da natureza e exatas compunham, na época clássica das ciências, um campo de saber que se pretendia homogêneo, onde todo conhecimento produzido tinha como padrão o estabelecimento de diferenças seguido da instituição de uma ordem (FOUCAULT, 1999). Mills (1982) disserta que durante as mais diversas idades intelectuais, alguns estilos de reflexão converteram-se em um tipo de denominador da vida cultural. Prosseguindo com a análise, o autor destaca que no decurso da era moderna, a ciência natural e exata assumiu com veemência o papel de denominador comum da reflexão séria nas sociedades ocidentais. Contudo, a preeminência de um denominador comum não determina a inexistência de outros estilos de pensamentos.

Por anos, cientistas da natureza lograram uma posição na qual podiam se debruçar sobre problemáticas em que a população ficava à margem, e este aval foi resultado dos privilégios alcançados pelas ciências físicas ao longo da história das sociedades. Isto possibilitou que tais cientistas pudessem ter o tempo preciso para desenvolver pontos que os interessavam e também que acreditavam poder explicar. Os prodígios alcançados pelas ciências exatas e da natureza lançaram sobre as ciências humanas e sociais uma demanda para que estas provassem sua utilidade, desconsiderando até então que a mesma encontrava-se na sua Pré-história (LÉVI-STRAUSS, 1993).

Até o século XVIII, nenhuma ciência empírica tinha enxergado o ser-humano em seus estudos, pois para Foucault (1999) Os seres humanos não existiam nesta época, da mesma maneira que sim se considerava a vida e o trabalho, por exemplo. O século XIX, segundo Aron (1999), demarca uma virada nas ciências sociais, trazendo um momento em que indivíduos refletem sobre si mesmos, onde o social passa a ser tematizado. Entretanto, salienta o autor, a transformação dos indivíduos em objeto científico não está ligada à gênese da ciências humanas.

[...] elas (as ciências humanas) apareceram no dia em que o homem se constitui na cultura ocidental, ao mesmo tempo como o que é necessário pensar e o que se deve saber. Certamente, não resta dúvida de que a emergência histórica de cada uma das ciências humanas tenha ocorrido por ocasião de um problema, de exigência, de um obstáculo de ordem teórica ou prática ... (FOUCAULT, 1999, p. 476)

O se- humano, isolado ou em grupo, se tornar objeto científico, seria, para Foucault (1999), um acontecimento da ordem do saber, sendo que tal acontecimento resultaria em

rearranjo geral da episteme. A descoberta de que não encontrava-se no centro do mundo, faz com que passe a se acreditar mais facilmente que o homem libertou-se de si mesmo. Entretanto, a partir do momento que ele deixou de ser protagonista do mundo, as ciências humanas caíram em arriscados espaços intermediários do saber, o que auxilia no entendimento da posição de dúvida que sempre incorre ao denominá-la como ciência (FOUCAULT, 1999).

Segundo Lévi-Strauss (1993), torna-se impossível forçar a existência de uma paridade entre as ciências naturais e exatas e as ciências sociais e humanas, não podendo ignorar o fato de umas serem consideradas ciências e outras não. Em relação à primeira, Lévi-Strauss é categórico ao enunciar que sua condição de ciência nunca é colocada em dúvida, sendo que para ele as denominadas definições “em extensão” e “em definição” se confundiriam no exercício destas. Nas ciências sociais e humanas tais definições não ocorreriam concomitantemente, onde a terminologia *ciência* é muito mais simbólica e fictícia, sendo que de um total de atividades realizadas, apenas algumas se enquadrariam em um caráter científico (LÉVI-STRAUSS, 1993).

Sem embargo, no âmbito das ciências da natureza e exatas acontecem situações que tornam insustentável o esforço por conceder fundamento científico a uma suposta condição de garantia absoluta de cientificidade pelo simples fato de estar-se perante qualquer ação desenvolvida dentro das fronteiras deste campo do saber. Isso porque, nas disciplinas que comportam estas ciências, também pode ocorrer se deparar com pesquisas cujo primeiro objetivo é aquele de aplicar exclusivamente fórmulas ou modelos já testados, no espírito de reproduzir receitas sem nenhuma chance para a inovação e a criatividade, características essenciais à ciência. Nessas situações, pode-se afirmar que inexiste qualquer possibilidade de realizar o tão necessário movimento de exercício de vigilância epistemológica sugerido pelo físico e epistemólogo francês Gaston Bachelard.

Entretanto, seguindo a linha de pensamento de Aron (1999), as ciências sociais na busca pelo reconhecimento, traçam objetivos que assemelham-se ao modelo das ciências naturais, cuja ideia partia de que “ o conhecimento científico deveria dar aos homens o controle sobre a sua sociedade e a sua história, assim como a física e a química lhes deram o controle das forças naturais” (ARON, 1999, p.8).

Para Lévi-Strauss (1993), a ausência na demarcação de um escopo de matérias a qual as faculdades de ciências sociais e humanas poderiam ser compostas gerava uma dificuldade

em delimitar o campo da mesma. Sendo assim, tudo aquilo que fosse componente das ciências da natureza e exatas estaria facultado a compor o campo de outras ciências, tornando este cada vez mais ilimitado. Foucault (1999) destaca que por não receberem um domínio previamente delimitado, as ciências humanas por tempos tiveram a tarefa de conceber conceitos científicos e métodos positivos.

Conforme salienta Lévi-Strauss (1993), tornou-se errôneo afirmar que a principal diferença entre as ciências exatas e da natureza e as ciências sociais e humanas estava na possibilidade da primeira em realizar experimentos e reproduzi-los identicamente em outros locais e datas, justamente porque as ciências humanas – principalmente o ramo da linguística – também poderia fazê-lo. Contudo, o autor destaca que “se as ciências físicas definissem seus fatos científicos com a mesma fantasia e liberdade com que o faz a maioria das ciências humanas, também seriam prisioneiras de um presente que não se reproduziria nunca” (LÉVI-STRAUSS, 1993, p. 299).

As ciências humanas da época por tempos tiveram que repetidamente contentar-se com explicações frágeis e, quase sempre, ausentes de critérios de rigor, onde o erro lhes era ordinário. Acreditava-se que ela se encontrava entre a explicação e a previsão, nunca operando de modo absoluto, mas sendo sempre fragmentos. Não explicaria até o fim e nem iria prever de forma totalizante. A questão da classificação das ciências sociais e humanas nunca foi uma temática abordada com a seriedade necessária (LÉVI-STRAUSS, 1993).

Segundo ponderações feitas por Lévi-Strauss (1993), tornava-se necessário naquele momento vivenciado pelas ciências sociais e humanas de consolidação a extração de suas próprias disciplinas, e se isto não fosse passível de realização, o autor destaca que pelo menos determinadas problemáticas e maneiras que acabavam por aproximar as ciências do homem às ciências da natureza deveriam ser sacadas. Apenas a linguística poderia ser colocada em paridade com as ciências exatas e naturais, graças ao: seu objeto universal; seu método homogêneo; e, a unanimidade no reconhecimento e validação da metodologia utilizada. Para Lévi-Strauss (1993), não haveria outra ciência social e humana que concomitantemente corresponda aos três pontos supracitados.

Passeron (1995) frisa que apesar da linguística, por exemplo, conseguir construir modelos explicativos, determinadas particularidades estariam distantes em termos de comparação com ramo específico da Física, tendo em vista que esta poderia isolar e manipular de forma experimental suas hipóteses teóricas. No que concerne à elaboração de Foucault

(1999), a linguagem não seria o objeto das ciências humanas e sim o ser que se faz representado pelos sentidos das palavras por ele enunciadas.

As denominadas ciências do homem apresentam uma infinidade de variáveis a qual não se encontraria nas ciências físicas. De acordo com Foucault (1999), a necessidade de questionar o ser do homem gera um desequilíbrio, justamente por transformar o homem naquilo onde todo conhecimento podia se estabelecer em sua evidência instantânea e não-problematizada. Seria necessário, então, a obtenção de um consenso que visa separar o que seria científico do que não seria, apelando – nas palavras do autor – para representantes além das ciências sociais e humanas, ou seja, das ciências exatas e da natureza.

A própria definição do que são ciências sociais e do que são ciências humanas já era apontado por Lévi-Strauss (1993) como um debate antigo e tortuoso. Os fenômenos estudados pelas Ciências Sociais estariam relacionados com o que se produz em grupos, enquanto as ciências humanas levariam em conta aquilo que se produz em regime pessoal. Segundo o autor, o termo ciências social já seria carregado de pleonasma, pois, o que se denomina como social teria íntima ligação com o estudo do ser-humano.

[...] as ciências humanas não são uma análise do que o homem é por natureza: são antes uma análise que se estende entre o que o homem é em sua positividade (ser que vive, trabalha, fala) e o que permite a esse mesmo ser saber (ou busca saber) o que é a vida, em que consistem a essência do trabalho e suas leis, e de que modo ele pode falar (FOUCAULT, 199, p. 488).

Para Lévi-Strauss (1993), forças centrípetas e centrífugas estariam estabelecidas entre ciências sociais e ciências humanas. Enquanto as primeiras partiriam de uma lógica externa caminhando para retornar ao interior, as outras apontam em direção contrária, sendo que o observador irá se instalar dentro da sociedade observada, com o intuito de dela se afastar:

[...] das ciências sociais encontram-se todas aquelas ciências que aceitam, sem reticências, estabelecerem-se no próprio cerne de sua sociedade, com tudo o que isto implica na preparação de alunos para uma atividade profissional e na consideração dos problemas sob o ângulo da intervenção prática... as ciências humanas são as que se põem fora de cada sociedade particular: ou porque procuram adotar o ponto de vista de uma sociedade quaisquer, ou, enfim, porque procurando apreender uma realidade imanente ao homem, colocam-se aquém de todo indivíduo e de toda sociedade (LÉVI-STRAUSS, 1993).

Segundo Foucault (1999), houve tentativas de definir o que seriam ciências humanas a partir de um olhar da matemática. Contudo, conforme descreve o autor, as relações entre ambas seriam pouco prováveis levando em consideração que o aparecimento do homem e o estabelecimento das ciências humanas convergiriam numa espécie de “desmatematização”.

Para ele, a inibição do avanço das matemáticas no seio das ciências humanas possibilitou ao homem constituir-se como objeto de saber, sendo o envolvimento do trabalho, da linguagem e da vida os fatores que permitiram a efetivação de um “empírico-transcendental”.

Imaginar, porém, que as ciências humanas definiram seu projeto mais radical e inauguraram sua história positiva no dia em que se pretendeu aplicar o cálculo das probabilidades aos fenômenos da opinião política e utilizar logaritmos para medir a intensidade crescente das sensações é tomar um contra efeito de superfície pelo acontecimento fundamental (FOUCAULT, 1999, p.484).

O ser-humano seria o objeto de estudo em comum entre as ciências sociais e ciências humanas, onde, segundo Lévi-Strauss (1993), aponta que tanto as ciências sociais quanto as humanas tentam definir-se referenciando as ciências da natureza e exatas, tendo em vista o caráter de soberania entre o método científico. Todavia, Foucault ressalta que “nem a biologia, nem a economia, nem a filologia, devem ser tomadas como as primeiras ciências humanas nem como as mais fundamentais” (1999, p. 486).

Novas terminologias foram surgindo, buscando o reagrupamento das ciências segundo outros critérios. Conforme pontua Foucault (1993), pode-se falar em estilos de ciências humanas, devido à vasta gama que o termo proporciona. Uma das mais conhecidas, que surgiu nos Estados Unidos e ganhou grande quantidade de adeptos na época foi a ciência do comportamento humano. Esta nova ciência seria o ponto de conexão entre as ciências humanas e as ciências exatas e naturais, abarcando um emaranhado de problemáticas humanas que muitas vezes exigiam a colaboração com outras disciplinas como a Biologia, a Física e as matemáticas (LÉVI-STRAUSS, 1993).

Por seu lado, também no campo das ciências sociais foram se configurando áreas específicas de saberes como resultado dos esforços de aguçar a delimitação do objeto de estudo sempre articulando a realidade concreta vivida com fundamentações teóricas provenientes também de outras áreas de conhecimento. Nesse sentido, a Ecologia Humana emerge enquanto área de produção de conhecimento científico social na sociologia norte-americana do início do século XX, um contexto de produção de conhecimento atravessado por diversas áreas científicas que encontravam seu ponto de vista comum na preocupação pela melhoria da vida em sociedade.

3. NOÇÕES DE ECOLOGIA HUMANA

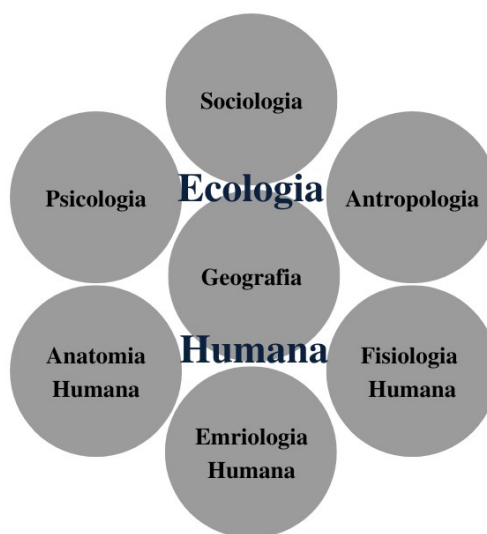
A Ecologia Humana como ramo científico tem suas gênesis na década de 1920, com um conjunto de pesquisas desenvolvidas por sociólogos da denominada Escola de Chicago,

que tratavam principalmente sobre a ocupação e usufruto do espaço nas cidades estadunidenses pelo grande contingente de imigrantes que chegavam. Entretanto, segundo Pires (2017), uma mudança de perspectiva corta os estudos ecológicos, transitando das análises da utilização dos espaços urbanos para um estudo das relações entre comunidade humana e ambiente.

Para o sociólogo Donald Pierson (1945) a Ecologia Humana não é parte integrante da Sociologia, entretanto seria o estudo que lhe serviria de base. Isto porque as formulações da Ecologia Humana tratariam do “cenário” da Sociologia, ou seja, é o “palco biótico no qual se processa a interação humana, modificando-a e, até certo ponto, determinando-lhe a forma” (PIERSON, 1945, p.107). Burgess, por sua vez, reconhece o local externo dos estudos ecológicos na sociologia, entretanto, destaca que a seu ver o interesse da sociologia pela ecologia humana é essencial, tendo em vista que do ponto de vista ecológico, a sociologia estuda a comunidade ecológica como um agrupamento de indivíduos distribuídos sobre determinada área (EUFRÁSIO, 1999, p. 109).

Segundo Quinn (1948), inúmeros sociólogos afirmam que a Ecologia possibilita uma abordagem simples, porém eficaz, ao estudo da vida social. Para este autor, o próprio Park acreditava que os índices ecológicos propiciavam o estudo de fenômenos sociais complexos, que fugiam das medições quantitativas. Nesse sentido, sustenta que “se a variedade é tempero, a Ecologia Humana deveria ser altamente condimentada” (Quinn, 1948, p.77), por isso que vários campos do conhecimento têm reivindicado o campo da ecologia como lhe pertencendo. A bibliografia perpassa áreas como a biologia, a sociologia, a geografia e até mesmo a história. Sendo assim, com o intuito de esclarecer as mais diversas concepções da Ecologia Humana, para que pesquisadores possam ter clareza na hora de escolher a vertente a ser seguida, Quinn traz um esquema demonstrativo apresentado resumidamente abaixo.

FIGURA 2: Ecologia Humana concebida como Síntese Inclusiva



Fonte: QUINN, 1948, p. 79

A formulação presente na Figura 2, “a Ecologia Humana seria a síntese de todas as ciências humanas, sendo que ela daria elementos para cada uma buscar o próprio lugar num estudo sobre o homem” (QUINN, 1948, p.79).

FIGURA 3: Ecologia Humana concebida como idêntica a Geografia Humana



Fonte: QUINN, 1948, p. 80.

A vertente salientada na Figura 3, segundo Quinn (1948, p.81), apontava que “vários geógrafos entendem a Ecologia Humana como pertencente a geografia, sendo ancorados na máxima de que a Geografia Humana, assim como a Ecologia ocupam-se das relações entre o homem e seu ambiente”.

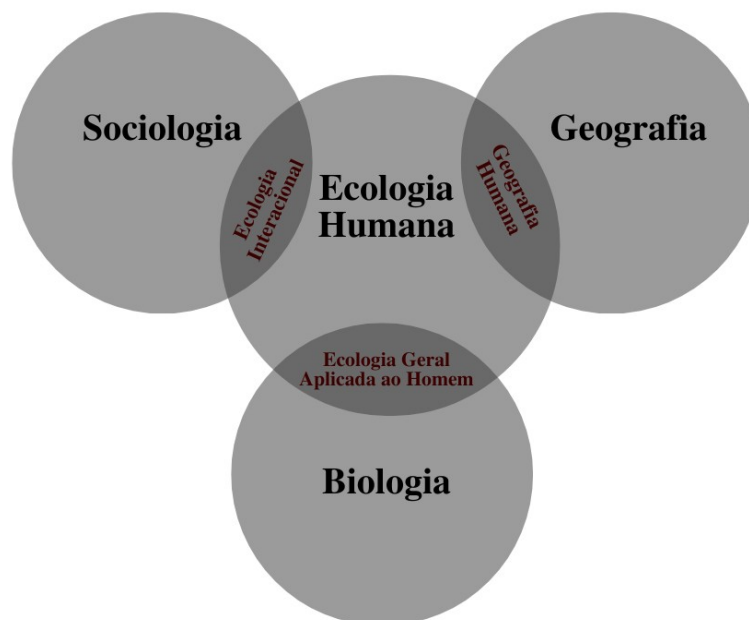
FIGURA 4: Ecologia Humana concebida como Ramo da Sociologia



Fonte: QUINN, 1948, p. 84.

Quinn (1948) lista seis motivos que evidenciavam que grande parte dos sociólogos da época aceitavam a Ecologia Humana como uma divisão da teoria sociológica, como representado na Figura 4: “1) a American Sociological Society instituiu uma Divisão sobre Ecologia Humana; 2) os tratados sobre os campos da Sociologia incluem a Ecologia Humana como um ramo importante da teoria sociológica; 3) vários textos sociológicos contém capítulos ou divisões sobre Ecologia Humana; 4) os compêndios de bibliografia sociológica atual e as listas de projetos de pesquisa geralmente incluem a Ecologia Humana como título principal; 5) sociólogos conhecidos oferecem cursos sob o título de Ecologia Humana; e 6) alguns sociólogos de fama, especialmente McKenzie e Park, negam explicitamente a identidade da Ecologia Humana com outros assuntos acadêmicos tradicionais e, por implicação pelo menos, designam-no como um ramo da Sociologia.” (QUINN, 1948, p.83-83)

FIGURA 5: Ecologia Humana concebida como um campo marginal de estudo



Fonte: QUINN, 1948, p. 86.

Segundo Quinn (1948), esta quarta e última vertente, apresentada na Figura 5, não é encontrada corriqueiramente nas bibliografias ecológicas, entretanto, o autor acredita parecer a mais justificável dentre as já citadas. Aqui, acredita-se que a Ecologia Humana é transversal aos campos acadêmicos tradicionais, em especial a Biologia, a Geografia e a Sociologia. Apenas alguns poucos aspectos de cada uma destas áreas seriam incluídos. Não assumiria caráter *per se*, funcionando como componente relacional (QUINN, 1948, p.85-86).

O campo da Ecologia Humana consolidou-se com a chegada de Park a Universidade de Chicago e a publicação de seu texto “The City”, em 1915. Antes, como destaca PIERSON (1945), havia em países da Europa ideias embrionárias de estudos ecológicos. A adoção dos fundamentos da Ecologia Humana pelos colegas de departamento e alunos de Park fomentaram diversas pesquisas na época, e ajudaram a desenvolvê-la definitivamente como campo científico. Freyre (1967) salienta que, na época, não existia grupo mais ativo e inteligentemente formador de sociólogos especialistas no estudo da vida urbana que os ecólogos de Chicago.

No texto publicado em parceria por Park & Burgess – como introdução de uma coletânea de artigos que compunham “Introdução à ciência da sociologia” – no ano de 1921, o conceito de Ecologia Humana aparece explicitado pela primeira vez, relacionando a

concepção de uma Ecologia Humana ao processo de interação humana da competição (EUFRÁSIO, 1999, p.103). O ponto de partida básico da Ecologia Humana – assim como da Vegetal e Animal – é a existência, fruto de uma competição contínua por um lugar no solo. Entretanto, ao contrário do que acontece entre animais e plantas, a competição no âmbito dos homens é restringida por forças extensivas, como os costumes e as leis (PIERSON, 1945).

Desta forma, é de interesse de estudo da Ecologia Humana as relações que existem entre os próprios indivíduos, dado que estas relações são diretamente influenciadas pelo habitat. Em outras palavras, a Ecologia Humana estuda o processo de competição, e as relações oriundas dele, relações estas que são de indivíduo para indivíduo, grupo para grupo e instituição para instituição. Há um interesse pelas relações pessoais desde que estas influenciem nas relações espaciais e bióticas (PIERSON, 1945).

Segundo Park (1948), a inter-relação e interdependência que existe entre as espécies ganham evidências quando estas localizam-se num mesmo habitat. Devido a uma multiplicidade de relações aliada a uma diminuição da competição, que decorre das adaptações das espécies competidoras, os habitantes e o habitat tendem a assumir a forma de um sistema fechado. No interior dos limites deste sistema, a população vê-se envolvida em processos de cooperação competidora, a qual denomina-se economia natural (PARK, 1948). Graças ao processo de competição, agrupamentos passam a ocupar localidades em que possam sobreviver com mais facilidade. Indivíduos componentes destes agrupamentos são levados quase que forçadamente a buscar a especialização como forma de aprimorar suas táticas de competição (PIERSON, 1945). A relação entre habitat e seus habitantes passa a utilizar o termo “comunidade”.

Park (1948, p. 24) destaca três características componentes desta comunidade, a saber: “Territorialmente organizada; mais ou menos completamente enraizada no solo que ocupa; e, com suas unidades individuais vivendo em relação de interdependência mútua que é antes simbiótica do que social, no sentido em que esse termo é aplicado aos seres humanos”.

Sendo assim, a competição é o mecanismo na qual a comunidade simbiótica alcançaria o caráter de um organismo. Para Park (1948), a competição para regular o número e preservar o equilíbrio entre as espécies competidoras que a compõem. O equilíbrio biótico de uma comunidade preservaria sua identidade e integridade como unidade individual. Em muitos casos, o equilíbrio aparece atrelado a números. A relação entre população e o usufruto dos recursos naturais do habitat estão intimamente ligados à questão de equilíbrio e desequilíbrio.

Isto porque, “o desequilíbrio entre a população e os recursos naturais é resultado de alguma mudança, repentina, ou gradual, nas condições de vida, a correlação preexistente das espécies pode ser totalmente destruída” (PARK, 1948, p.25). As mudanças são contínuas, variando a velocidade que ocorrem.

A sociedade, vista pelo viés da Ecologia Humana, parte da existência de uma espécie de ordem, fruto de um declínio da competição. A competição na comunidade humana restabelece o equilíbrio uma vez que este é perturbado. As diversas crises a qual as comunidades passam desencadeiam rápidas mudanças e intensificam os processos de competição, que culminará num período de equilíbrio estável e a uma nova divisão de trabalho. Sendo assim, a sociedade “é precisamente a área dentro da qual a competição biótica declinou e a luta pela existência assumiu formas mais elevadas e mais sublimadas” (PARK, 1948, p. 27).

Segundo PIERSON (1945), enquanto cabe a Ecologia Humana realizar o estudo a respeito das comunidades, a Sociologia encarrega-se de se debruçar sobre a sociedade. A primeira resulta de relações simbióticas, enquanto a segunda seria resultado de relações morais³. O surgimento de ambas também dá-se de forma distinta: enquanto as comunidades “surgem automaticamente do simples fatos de viverem juntos, na mesma área geográfica, indivíduos tanto semelhantes quanto diferentes (simbiose), e da competição que eles se empenham”, as sociedades vão se originar “ da comunicação entre os indivíduos e da coparticipação de experiências sociais, de atitudes, sentimentos, ideias e pontos de vistas comuns (consenso), que provém desta comunicação” (PIERSON, 1945, p.112).

A organização de indivíduos baseia-se para além das diferenças biológicas, nas expectativas comuns de comportamento. Então, a Ecologia Humana dedica-se a experiência dos homens que é comparável a experiências semelhantes das plantas e animais, enquanto a Sociologia e as outras ciências sociais estudariam o que se encontra acima do nível animal e vegetal, o denominado “super orgânico”. Conquanto, PIERSON (1945) pondera que na realidade vivenciada pelos seres humanos, a comunidade e a sociedade estão sempre inter-relacionadas, existindo sempre concomitantemente, se interpenetrando a todo instante. Ao estudar as sociedades, o pesquisador busca compreender o processo de comunicação e a as relações morais que ela cria e modifica; já quando dirige o olhar a comunidade, o investigador

³ Oriundo dos *mores*, conceito comumente tratado em estudos desenvolvidos no Departamento de Sociologia da Universidade de Chicago na época.

se dedica a entender o processo de competição e como esta cria e modifica as relações simbióticas (PIERSON, 1945).

Park (1948) destaca também outros meios na qual pode-se observar o controle exercido pela competição nas relações entre indivíduos e espécies dentro do habitat comum. A ordem comunal é mantida através de dois princípios ecológicos que procedem e são dependentes da competição: “dominância” e “sucessão”. De acordo com Freyre (1967, p. 443), a sucessão, dentro da Ecologia Humana, está ligada às alterações de tempo na comunidade humana “a sucessão [...] é aplicada em Sociologia, pelos ecologistas de Chicago, ao deslocamento de grupos étnicos, econômicos, culturais, gerações, estilos de Arquitetura, etc., sob a pressão de outros grupos, gerações ou estilos”.

Ao tratar do conceito de sucessão, Park (1948), aponta que este é usado para descrever as mudanças que uma comunidade biótica enfrenta, e que ocorrem de forma sequencialmente ordenada. A sequência a que se refere o autor é quando durante seu desenvolvimento, a comunidade passa de um primeiro estágio – definido como instável – para um estágio de clímax. O sistema de relações entre indivíduos é submetido a um processo ordenado de mudanças e desenvolvimento. Na direção deste desenvolvimento, a comunidade move-se através de inúmeros estágios, alguns bem definidos, outros nem tanto, e a esta mobilidade que recebe o termo sucessão.

Já o conceito de dominância, segundo Freyre (1967), retrata os aspectos funcionais e dinâmicos das relações em espaço. Park (1948) diz que em qualquer tipo de comunidade, seja animal, ambiental ou humana, há espécies dominantes. Dentre as plantas a dominância acontece na luta entre as diferentes espécies pela luz, sendo a espécie dominante - dentro de uma floresta - invariavelmente a árvore, e nas campinas e estepes, seria o capim. Em relação a comunidade humana, Park (1948) salienta que as áreas naturais de uma metrópole devem sua existência de forma direta à dominância, e indiretamente à competição. Isto porque, as lutas tanto de indústrias, quanto de instituições comerciais ou não por uma localização estratégica vai influenciar de forma latente nos principais contornos da comunidade urbana. A área de dominância nas cidades é, comumente, a área de valores de terrenos mais elevados.

O princípio da ‘dominância’, operando dentro dos limites impostos pela topografia e pelos outros aspectos naturais, tende a determinar o padrão geral ecológico da cidade e a relação funcional de cada uma das diferentes áreas da cidade para com todas as outras. (PARK, 1948, p.29)

McKenzie (1948) aponta que o crescimento da cidade gera além do aumento de casas e ruas, segregação e diferenciação. As residências e instituições vão se espalhando de forma centrífuga, partindo do centro para as extremidades, contudo, o comércio tende a se fixar principalmente nas áreas onde o terreno vale mais. Após cada momento de aumento cíclico da população ocorre uma diferenciação, seja de serviços como de localização. O crescimento populacional traz consigo a competição, principalmente a competição por lugares mais vantajosos, sendo que na medida que ocorre este aumento, aqueles que se encontram em situação inferior e de desvantagem são impelidos para zonas mais distantes e menos acessíveis, cujo preço é significativamente mais baixo.

Conforme destaca Eufrásio (1999; 143) de sua leitura de Park (1926; 168), há uma tendência geral na organização da cidade, onde o aumento populacional em qualquer ponto dentro dos limites urbanos poderá ser sentido em outra parte. O crescimento veloz do centro geraria, também, um aumento do diâmetro da área condicionada a fins especulativos referentes ao exterior do centro.

A cidade cresce por expansão, mas ela recebe seu caráter através da seleção e segregação de sua população, de modo que todo indivíduo encontra, eventualmente, ou o lugar onde ele pode, ou o lugar onde ele deve viver. (PARK, 1929 *apud*. EUFRÁSIO, 1999, p. 144)

Amaro (1989) busca definir uma perspectiva mais recente da Ecologia Humana, afirmando que a mesma parte do discurso socioantropológico para refletir sobre a dimensão ecológica humana.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ciências sociais e humanas travam uma árdua caminhada em busca da sua comprovação científica que vem desde os primórdios da deste campo de saber. Enfrentando um dualismo direto em relação às ciências naturais e exatas, que ao longo de sua jornada sempre tiveram seu caráter científico não questionado, os cientistas do homem e da sociedade precisaram fazer escolhas, que muitas vezes aproximavam estes dois blocos de pensamentos, e em outras, criavam ramificações alternativas para a consolidação da primeira.

Para Giddens e Turner (1999), as ciências sociais não se assemelham às ciências naturais, já que seus agentes modificariam a própria natureza de seu tema, o que se encaixa nos esquemas de organização social. Nesse sentido, Foucault (1999) enuncia tal aproximação como uma atitude que “seria errôneo, portanto, fazer das ciências humanas o prolongamento,

interiorizado na espécie humana, no seu organismo complexo, na sua conduta e na sua consciência, dos mecanismos biológicos (FOUCAULT, 1999, p.488)”

A Ecologia Humana desponta a partir do interesse pelo comportamento humano, e principalmente do comportamento humano em seu habitat moderno, que seria a cidade. Ao ocupar determinado espaço, grupos de indivíduos precisam vivenciar novas formas de se relacionarem com o meio. Ao longo de sua existência, geólogos, biólogos, cientistas sociais buscam integrá-la às respectivas disciplinas estudadas, defendendo que a Ecologia Humana seria uma ramificação de sua área científica. Necessita ser pontuado que por um longo período de tempo, a individualidade e as particularidades da Ecologia Humana foram negadas como estudo original.

Seu objeto de estudo, por assim dizer, seria, então, a interdependência entre a sociedade e o ambiente. As várias influências no método de investigação dos ecólogos sociais deram à disciplina um corte transversal, tornando-a mais interdisciplinar. Ao buscarem estudar as relações humanas com o meio biótico e físico, a qual os indivíduos vivem e interagem, na qual tais relações sofrem mediação da cultura, a Ecologia Humana assumiria um papel de uma ciência social multidisciplinar.

A fixação em formular leis gerais que ordenam a natureza e o mundo, aproximaram os estudos de Ecologia Humana a perspectivas mais biológicas, o que gera críticas de inúmeros cientistas sociais, principalmente por naturalizar processos sociais que são caros aos estudos de uma sociedade. O fortalecimento de uma vertente da sociologia, denominada de sociologia ambiental, aloca para o presente a discussão da pertinência de tais enunciados e sua aplicabilidade em arranjos sociais atuais. Assumir a pluralidade disciplinar da Ecologia Humana indica um intenso trabalho a ser feito, entendendo os diversos olhares, assim como compreendendo os mecanismos que a fizeram resistir ao tempo e às críticas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARO, Ana Maria. Reflexão sobre o lugar da antro-ecologia no quadro das ciências humanas. Universidade Nova de Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Revista da FCSH, relatório da série n. 3, 1989. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10362/6292>. Acesso em: 05 DEZ 2018.

ARON, Raymond. As etapas do pensamento sociológico. Tradução Sérgio Barth. 4a edição. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

BECKER, Howard. A escola de Chicago. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 177-188, Oct. 1996. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93131996000200008&lng=en&nrm=iso>. access on 18 Oct. 2018.
<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-93131996000200008>.

BLUMER, H. . Sociological implications of the thought of George Hebert Mead. *American Journal of Sociology*. 1996. 525 – 544 p.

BULMER, Martin. *The Chicago School of Sociology: Institutionalization, diversity, and the rise of sociological research*. The University of Chicago Press. London. 1984.

BULMER, Martin. *A Escola de Chicago de Sociologia: O Que a Tornou uma Escola?* Tradução de Mario Eufrásio. (Publicação original sob o título “The Chicago School of Sociology: What Made It a ‘School’?” – In.: *History of Sociology: An International Review* – vol. 5, nº 2, Spring 1985)

BURGESS, Ernest W. *O crescimento da cidade: Uma introdução a um projeto de pesquisa*. Tradução de Raoni Borges Barbosa. *Sociabilidades Urbanas – Revista de Antropologia e Sociologia*, v.1, n.2, p. 61 - 70, julho de 2017. ISSN 2526-4702

EUFRASIO, M. A.. *A Formação da Escola Sociológica de Chicago*. In: *PLURAL – Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia*, nº 2, 1995, p 37-60.

EUFRASIO, M. A. . *Estrutura Urbana e Ecologia Humana: A Escola Sociologica de Chicago (1915-1940)*. 1ª. ed. São Paulo: Editora 34, 1999. v. 1. 304p .

EUFRASIO, M. A. . *A Escola de Chicago de Sociologia: Perfil e Atualidade*. In: Lucena, Célia Toledo; Campos, Maria Christina Siqueira de Souza. (Org.). *Práticas e Representações*. São Paulo: Humanitas/CERU, 2008, v. 1, p. 13-27.

FOUCAULT, M. *As palavras e as coisas : uma arqueologia das ciências humanas / Michel Foucault ; tradução Salma Tannus Muchail. — 8ª ed. — São Paulo : Martins Fontes, 1999.*

FRAIZER, E.F. *The Negro family in Chicago*. Chicago, University of Chicago Press, 1932, 194 p.

FREYRE, G. . *Sociologia: introdução ao estudo de seus princípios*. Rio de Janeiro; São Paulo, Ed. José Olympio, 1967 (1ª Edição: 1945).

GIDDENS, Anthony & TURNER, Jonathan. “Introdução”. *Teoria Social Hoje*. Tradução Gilson César Cardoso de Sousa. São Paulo: Editora Unesp, 1999.

LÉVI-STRAUSS, Claude. “Critérios Científicos nas Disciplinas Sociais e Humanas”. Em: *Antropologia Estrutural Dois*. Tradução Maria do Carmo Pandolfo. 4ª edição. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1993.

McKENZIE, R. D.. “Matéria-objeto da Ecologia Humana”. In: PIERSON, Donald (org.) Estudos de ecologia humana: leituras de Sociologia Antropologia Social. 2da. edição. Tomo I. SP: Livraria Martins Editóra, 1948.

MILLS, Charles Wright. A imaginação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1980 [1959].

PARK, Robert Ezra ,1948. “Ecologia Humana”. In: PIERSON, Donald (org.) Estudos de ecologia humana: leituras de Sociologia Antropologia Social. 2da. edição. Tomo I. SP: Livraria Martins Editóra, 1948.

PARK, Robert Ezra ,1967. “A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano”. In: VELHO, Otávio Guilherme (Org.) - O Fenômeno Urbano-Zahar, RJ, 1967.

PASSERON, Jean-Claude. “Prólogo”; “Introdução: As ciências do homem e da sociedade-Nomes e campos de abrangência”. Em: O raciocínio sociológico: O espaço não-popperiano do raciocínio natural. Tradução de Beatriz Sidou. Petrópolis: Vozes, 1995.

PIERSON, D.. Teoria e pesquisa em Sociologia. SP: Edições Melhoramentos, 1945.

PIERSON, Donald (org.) Estudos de ecologia humana: leituras de Sociologia Antropologia Social. 2da. edição. Tomo I. SP: Livraria Martins Editóra, 1948.

PIRES, I. NOTA SOBRE AS ASSOCIAÇÕES E AS REVISTAS DE ECOLOGIA HUMANA. In: Revista Ecologias Humanas . Vol. 2 nº. 2 ,2016

QUINN, J.A. “Ecologia Humana e Ecologia Interacional”. In: PIERSON, Donald (org.) Estudos de ecologia humana: leituras de Sociologia Antropologia Social. 2da. edição. Tomo I. SP: Livraria Martins Editóra, 1948.

RIBEIRO, Gustavo Lins. O Capital da Esperança: a experiência dos trabalhadores na construção de Brasília. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2008.

RUFATO, Marcela de Andrade. Imigração e relações raciais na cidade moderna: a teoria social de Louis Wirth. 2010. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
doi:10.11606/D.8.2010.tde-10022011-102435. Acesso em: 2018-10-16.

WIRTH, Louis. 1967. "O urbanismo como modo de vida". In: VELHO, Otávio Guilherme (Org.) - O Fenômeno Urbano-Zahar, RJ, 1967.